

“Vitória dos bancos”, diz Nogueira Baptista

“Ainda que parcialmente, o Brasil suspende em um momento nada oportuno a moratória, o que vai comprometer uma parcela expressiva das reservas cambiais (cujo nível atual se situaria entre US\$ 4 bilhões e US\$ 5 bilhões). É uma vitória dos bancos norte-americanos, pois o País volta de uma forma convencional ao sistema financeiro internacional.”

Este foi o comentário feito pelo economista Paulo Nogueira Batista Júnior — o principal arquiteto da proposta de moratória dos juros de longo prazo, decretada no dia 20 de fevereiro último e que englobava um montante de US\$ 4,3 bilhões — ao falar da proposta acertada entre o governo brasileiro e o comitê assessor dos bancos credores. Batista Júnior era naquela época o assessor para Assuntos da Dívida Externa do então ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

O economista, que é

chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lembra, ainda, que o Brasil só deveria suspender a moratória diante de um acordo de longo prazo com os credores e explorar com habilidade a situação de instabilidade internacional, detonada pelo “crash” na Bolsa de Nova York, com vistas a obter condições mais favoráveis na renegociação da sua dívida externa.

Pelos seus cálculos, o governo Sarney não tem condições políticas de fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), como prevê a proposta aprovada com os banqueiros internacionais.

“As posições do PMDB impedem esse acordo” — assegurou Batista Júnior, que preferiu ler com detalhes o texto do acordo para então fazer uma análise mais pormenorizada.